

O racismo por dentro das instituições policiais

Percepção sobre o racismo é baixa entre os militares e está presente nos alojamentos. Reproduzi-la nas ruas durante abordagens seletivas é apenas um efeito deste processo

Dagoberto Albuquerque da Costa
16 de junho de 2020

FOTOARENA/FOLHAPRESS



Policiais entram em confronto com manifestantes de ato contra racismo em SP

Nos últimos dias, temos acompanhado uma série de manifestações que basicamente têm duas pautas: são contra o racismo e a violência policial. Estes protestos foram motivados pela morte do americano George Floyd, um homem negro, morto por um policial que ficou aproximadamente oito minutos com o joelho sobre seu pescoço. Este fato aconteceu no estado do Minnessota, na cidade de Minneapolis nos Estados Unidos, e os protestos se espalharam por todo o país e pelo mundo. No Brasil também houve protestos ligados a este caso e, tão logo começaram a eclodir, passaram a questionar por que, mesmo com tantos casos semelhantes em nosso país, geralmente as pessoas não protestam contra eles.

Não há como falar em violência policial neste país sem entendermos as suas bases históricas e seus mitos de formação, entre eles o racismo.

A abolição da escravidão no Brasil trouxe como principal reflexo para as pessoas negras um desenvolvimento desigual em relação às pessoas brancas, traduzido pela falta de acesso a bens de consumo, arrendamento de terras, inclusão no sistema de saúde, educação, distribuição das riquezas, etc.

Para que esse sistema econômico se sustentasse, foi desenvolvida uma “tecnologia” de manutenção do racismo com o apoio de parte das instituições do Brasil, principalmente nos espaços de poder e decisão, tais como no Poder Judiciário, no Ministério Público, em cargos políticos de importante relevância, nos setores empresariais e nas grandes corporações, onde não há até hoje a representação de pessoas negras, criando uma mentalidade racista que ainda persiste estruturalmente.

No campo da segurança pública, há poucas pesquisas que apontam para o tema das relações étnico-raciais, embora este assunto esteja presente no cotidiano das forças de segurança em todos os níveis e também nos dados estatísticos nos mostram que a população negra é a que mais sofre com a violência no nosso país.

As questões raciais não têm, em regra, um tratamento específico na maioria dos cursos de formação, sendo o assunto geralmente diluído em matérias não específicas sobre o tema e abordado em algumas cadeiras de humanidades.

Da mesma forma, a percepção sobre o racismo é muito baixa entre os militares e isto se dá por conta da equidade do tratamento que é formalmente dado a negros e não negros na caserna.

Na Brigada Militar/RS, por exemplo, os temas vinculados às questões étnico-raciais dos cursos de formação são abordadas nas cadeiras de *Direitos Humanos e Sociologia*. Mesmo assim, em um rápido escrutínio nessas ementas, podemos verificar que abordar este assunto fica muito mais ao arbítrio do instrutor/professor do que por imposição doutrinária. Na própria instituição, por exemplo, em 183 anos, nenhum oficial negro chegou aos postos de comando.

Desenvolvo pesquisa de mestrado, que tem como tema a expressão do racismo na Brigada Militar/RS. Observei que, embora ele exista, é bastante mascarado nas relações sociais intramuros, funcionando a instituição como espelho da nossa sociedade, onde se nega o racismo, ao mesmo tempo em que as estatísticas demonstram clara desvantagem da população negra em qualquer quesito estudado. Em uma entrevista para esta pesquisa o PM "A" afirma:

“Não é aquela coisa descarada assim, sabe? Mas nas pequenas coisas o cara olha. Eles (os brancos) pelo fato do cara ser “negão”, se acham mais inteligentes. Até tu trabalhar com eles e provar que não é uma “porta” de burro, eles ficam te subestimando. Também acham que todo negro é “maloqueiro”, vão te tirando pra menos”.

Este relato, que representa outros obtidos ao longo da pesquisa, demonstra que a reprodução do racismo está presente também dentro dos alojamentos das instituições policiais. Reproduzi-lo na rua, durante a abordagens e as prisões seletivas, é só um efeito deste processo de aparelhamento do racismo.

Outra pesquisa[1] realizada na instituição aponta que as turmas de oficiais, cuja exigência de ingresso era o ensino médio, o chamado CFO (Curso de Formação de Oficiais, extinto no ano 2000), tinham em média 6,88% de negros em seus quadros. Neste modelo, ingressavam muitos alunos que já eram praças (sargentos e soldados). Quando a exigência de ingresso passou a ser o Bacharelado em Direito no agora CSPM (Curso Superior de Polícia Militar), essa média passou a ser de 2,15%, sendo que nas duas primeiras turmas não havia nenhum aluno negro. A exigência do curso superior foi um fator de eliminação de candidatos negros das fileiras de oficiais da corporação. A tendência é que doravante haja um equilíbrio nestes números tendo em vista o acesso pelo sistema de cotas, já vigente nos concursos da Brigada Militar para oficiais e praças.

A pesquisa do Capitão Marcio dos Santos Medeiros (2015)[2] apontou que 4% da amostra pesquisada (PMs de um dos grandes Batalhões de Porto Alegre) já receberam orientações sobre aparência ou cor da pele de indivíduos que suposta ou provavelmente mais cometem infrações penais, e o mesmo percentual aponta que a cor da pele influencia na decisão de abordagem. Estas pesquisas se encontram disponíveis no Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (IPBM).

No Brasil, são inúmeros os casos que relacionam a violência policial e racismo. Podemos citar o caso do menino João Pedro, da menina Aghata ou do músico Evaldo Rosa, mortos em ações de forças policiais e militares no Estado do Rio de Janeiro. Nestes casos, as autoridades relutaram em relacionar tais práticas ao racismo institucional, preferindo adotar o discurso da falta de técnica ou até mesmo classificando-os como “incidentes”.

Caso semelhante ao tratamento dado a uma ocorrência policial no Rio Grande do Sul, em que um turista angolano que estava visitando uma amiga foi baleado e preso após o motorista do carro de aplicativo em que estavam ter evadido de uma tentativa de abordagem policial. A mulher também foi baleada, vindo a falecer após um período de internação. O caso está em investigação, mas a perícia sugere que os policiais não tenham sofrido nenhum disparo, como alegam. Este caso também foi tratado como atuação fora da técnica, embora os indícios apontem para o racismo institucional.

Dados estatísticos comprovam que há a necessidade de formulação de políticas públicas de segurança que efetivamente possam alcançar a população negra, que é a que mais sofre os efeitos da violência, tanto nos locais de maior vulnerabilidade social onde mora a maior parte dos negros do Brasil, quanto pelas ações policiais executadas nestes locais. A falta de protocolos claros e padronizados de atuação policial pode permitir que uma guarnição de policiamento ostensivo, com dois ou três PMs, possa iniciar uma verdadeira guerra campal, culminando em uma tragédia como a que vimos recentemente no baile funk na comunidade de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, onde nove pessoas foram mortas após uma perseguição policial, quando mais uma vez a ação desastrosa foi atribuída a falta de técnica.

O Sistema Único de Segurança Pública, implantado pela Lei nº 13.675/2018, sancionada em 11 de junho de 2018, completou dois anos sem que se percebesse os efeitos por ele prometidos. Segundo a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) nela criadas, a intenção era a de “fortalecer as ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis”. No entanto o que vemos é a falta de integração dos órgãos de segurança, de inteligência, falta da formação de base de dados para a formulação de estatísticas confiáveis, falta de padronização de registros de ocorrências e de investigação, e, essencialmente, falta de controle de uso da força. E, nesse sentido, quem sofre com a ausência dessas políticas é a população mais vulnerável, estatisticamente no Brasil, a população negra.

[1] SANTOS, Rogério Silva dos. A presença de O ciais negros na carreira de nível superior da Brigada Militar e a adoção do sistema de cotas raciais no concurso para ingresso no Curso Superior de Polícia Militar. Curso Superior de Polícia Militar/ Brigada Militar. Porto Alegre 2014

[2] MEDEIROS, Marcio dos Santos. Seletividade na Abordagem Policial. Curso Superior de Polícia Militar/Brigada Militar. Porto Alegre, 2015.

Dagoberto Albuquerque da Costa

Major da Brigada Militar/RS e mestrando em Ciências Sociais na PUC/RS

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q -7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhnb-s5myy-3pmpy-8fma6>

